

# Arqueologia Urbana e História Local

Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho

*Joaquina Soares (Coord.)*

# FÓRUM INTERMUSEUS DO DISTRITO DE SETÚBAL

## FIDS

---

### ALCÁÇER DO SAL

Museu Municipal de Alcácer do Sal  
Câmara Municipal de Alcácer  
do Sal

---

---

### SANTIAGO DO CACÉM

Museu Municipal de Santiago  
do Cacém / Câmara Municipal de  
Santiago do Cacém

---

---

### ALCOCHETE

Museu Municipal de Alcochete  
Câmara Municipal de Alcochete

---

---

### AMRS/MAEDS

Associação de Municípios da Região  
de Setúbal / Museu de Arqueologia e  
Etnografia do Distrito de Setúbal

---

---

### SEIXAL

Município do Seixal  
Ecomuseu Municipal

---

---

### ALMADA

Museu Municipal de Almada  
Câmara Municipal de Almada

---

---

### MOITA

Departamento de Acção  
Sociocultural  
Câmara Municipal da Moita

---

---

### SESIMBRA

Museu Municipal de Sesimbra  
Câmara Municipal de Sesimbra

---

---

### BARREIRO

Serviços Culturais  
Câmara Municipal do Barreiro

---

---

### MONTIJO

Museu Municipal do Montijo  
Câmara Municipal do Montijo

---

---

### SETÚBAL

Museu Municipal de Setúbal  
Câmara Municipal de Setúbal

---

---

### GRÂNDOLA

Serviços Culturais  
Câmara Municipal de Grândola

---

---

### PALMELA

Museu Municipal de Palmela  
Câmara Municipal de Palmela

---

---

### SINES

Museu Municipal de Sines  
Câmara Municipal de Sines

---

# NOTA DE ABERTURA

Com a presente publicação, comemorativa do II centenário do nascimento de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), abre-se mais uma larga janela sobre a Arqueologia e História da nossa Região.

Almeida Carvalho deixou um extenso legado de Apontamentos sobre a História de Setúbal, hoje no Arquivo Distrital de Setúbal, cujos documentos originais viriam a perder-se no incêndio dos Paços de Concelho, de 1910. A sua preocupação com o registo da memória colectiva da cidade onde nasceu levá-lo-ia também a atravessar o Sado e a procurar sob as dunas de Tróia um Passado mais longínquo, a cidade de filiação romana.

Ser-me-ia impossível nesta breve nota dar uma ideia, mesmo que resumida, da vida e obra do homenageado, que Setúbal e a Região puderam revisitar através de variada e extensa programação cultural planeada e concretizada desde 11 de Março de 2017 a 9 de Março de 2018 e na qual a Associação de Municípios da Região de Setúbal desempenhou um papel relevante através do seu museu.

Congratulamo-nos, pois, pela activa participação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em parceria com um variado conjunto de organismos públicos como a Câmara Municipal de Setúbal, a União de Freguesias de Setúbal, Junta de Freguesia de S. Sebastião, Arquivo Distrital de Setúbal, e associações culturais como a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão e a Universidade Sénior de Setúbal.

Actualizar a informação, produzir conhecimento e divulgá-lo é sem dúvida a forma mais nobre de cuidarmos do nosso património, mas também uma via indispensável para a construção do desenvolvimento integrado da nossa Região.

**Rui Garcia**

(Presidente do Conselho Directivo da Associação  
de Municípios da Região de Setúbal)

# FICHA TÉCNICA

## Edição

Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)  
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)  
Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS)

## Direcção

Rui Garcia (Presidente do Conselho Directivo da AMRS)

## Coordenação Editorial

Joaquina Soares

## Conselho Científico

António Nabais  
Carlos Marques da Silva  
Carlos Tavares da Silva  
João Luís Cardoso  
Mário Varela Gomes  
Victor S. Gonçalves  
Vitor Serrão

## Conselho Redatorial

Antónia Coelho-Soares  
Elsa Afonso  
Fátima Afonso  
Fernanda Pinho  
Fernanda do Vale  
João Ventura  
Luís Pequito  
Lurdes Lopes  
Maria Ana Judas  
Marisol Ferreira  
Michelle Santos  
Miguel Correia  
Sandra Coelho  
Susana Duarte  
Vitor Mestre

## Secretariado e correspondência

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal  
Avenida Luisa Todi, 162 2900-451 Setúbal (Portugal)  
Tel.: +351 265 239 265 / +351 939 553 004  
E-mail: maeds@amrs.pt  
Site: www.maeds.amrs.pt  
Blog: www.maedseventosactividades.blogspot.com  
Copyright - Direitos reservados pelos autores e MAEDS.  
Interdita a reprodução de imagens.

## Capa

“Natureza Morta” (garrafaria do séc. XVIII). Foto de Rosa Nunes.

## Execução gráfica

Ana Castela  
Paula Covas

## Impressão e acabamento

Tipografia Belgráfica

## Depósito Legal

450333/18

## ISSN

1645-0553

## Tiragem

300 exemplares  
Disponível online em: <http://maeds.amrs.pt/musa.html>

Setúbal, 2018

# EDITORIAL

## ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. AINDA O LEITO COMUM?

O presente volume de *Musa: Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios* afasta-se formalmente, mas não na temática, do modelo até agora seguido. Nele se publicam as Actas do Encontro sobre *Arqueologia Urbana e História Local* de Homenagem ao Historiador e Arqueólogo João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897).

As actas celebram a memória de uma personalidade relevante, e renovam a aliança entre Arqueologia e História, assumindo, porém, o corte epistemológico com a tradicional subalternidade da primeira disciplina em relação à segunda. Ambos os domínios convivem agora em fraterna paridade.

Como é do conhecimento geral, a Arqueologia científica radicou as suas origens na Geologia, em Portugal no seio da Comissão Geológica, fundada em 1857 e muito particularmente nos trabalhos de Carlos Ribeiro, a quem se devem, na nossa região, a primeira carta geológica e as primeiras escavações na necrópole pré-histórica de hipogeus da Quinta do Anjo.

Carlos Ribeiro assumiu claramente estatura internacional ao liderar a reunião em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas em 1880.

Porém, sobretudo entre 1930 e o final da década de 1960, a Arqueologia viria a subordinar-se à História. Após a revolução democrática de 25 de Abril/74 e a institucionalização da Arqueologia como domínio autónomo, com licenciatura própria, este campo disciplinar criou alianças estratégicas com as chamadas arqueociências (ciências da natureza, física, química, genética)<sup>1</sup>.

Superada a etapa de estagnação historicista, a Arqueologia soube, sem complexos de menoridade, ombrear “fraternalmente” com a História no estudo das sociedades humanas e suas temporalidades. Ultrapassou mesmo a sua

dedicação aos períodos de sua “exclusiva” responsabilidade ou quase (Pré-história, Proto-história e Antiguidade Clássica), para se debruçar sobre as sociedades medievais, modernas e contemporâneas. E perante algum questionamento sobre o interesse da Arqueologia da contemporaneidade, há autores que defendem uma Arqueologia contemporânea de compromisso ético: *Archaeology has a new ethical commitment: to recover evidence of the existence of the victims not just for therapeutic and juridical reasons, but for historical reasons as well. We cannot return them to life, but we can reintegrate them to the time of history from which they were expelled*” (González-Ruibal, 2016, p. 19)<sup>2</sup>

Recorrendo ao conceito-chave, específico da Arqueologia, de *tempo dos materiais* e à ideia de *heterocronologia*<sup>3</sup>, indispensável à compreensão da sobremodernidade que habitamos, vão perdendo sentido as fronteiras impostas pelas rígidas comportas que pretendem separar a Arqueologia pré-histórica da histórica ou da contemporânea; o acento tónico coloca-se no pensamento e acção arqueologicamente informados, porque na realidade trabalhamos dentro de um tempo múltiplo, desafiando ou desconstruindo realidades sociais que nos antecederam, complexas e também elas multitemporais.

Semelhante reflexão tem ocorrido na História<sup>4</sup>; o alargamento das suas fontes e temáticas, através de caminhos tradicionalmente pouco pisados, como a imprensa periódica ou os relatos orais de experiências vividas, ficam bem expressos neste volume.

Finalmente, na sua diversidade, a presente publicação homenageia justamente um dos mais ecléticos criadores intelectuais setubalenses de oitocentos, João Carlos d’Almeida Carvalho, cujas obra e actividade cívica continuam, volvidos quase duzentos anos, a inspirar as concepções humanistas dos nossos dias.

**Joaquina Soares**

(Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal)

1 - Ver a propósito: Martín-Torres, M.; Killick, D. (2015) - Archaeological Theories and Archaeological Sciences. In A. Gardner; M. Lake; U. Sommer (eds.), *The Oxford Handbook of Archaeological Theory*.

2 - González-Ruibal, A. (2016) - Archaeology and the Time of Modernity. *Historical Archaeology* 50(3), p. 144–164.

3 - Leduc, J. (1999) - *Les historiens et le temps*. Paris: Seuil.

4 - Le Goff, J. (2014) - *Faut-il vraiment découper l’histoire en tranches?* Paris: Seuil.

# ÍNDICE

<b>Nota de Abertura</b>	<b>03</b>
Rui Garcia	
<b>Editorial</b>	<b>05</b>
Joaquina Soares	
<b>No II Centenário do Nascimento de João Carlos D’Almeida Carvalho (1817-1897)</b>	<b>08</b>
Horácio Pena	
<b>Arqueologia Urbana e História Local</b>	<b>16</b>
<b>Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34</b>	<b>17</b>
Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho-Soares, Susana Duarte	
<b>Cerâmicas de paredes finas de <i>Salacia Urbs Imperatoria</i>. Recolhas de prospeção arqueológica</b>	<b>39</b>
Eurico Sepúlveda, Catarina Bolila, Marisol Ferreira	
<b>Fortificação Medieval de Setúbal. Identificação do núcleo defensivo da Ribeira ou “Castelo”</b>	<b>51</b>
Joaquina Soares, Teresa Rita Pereira, Susana Duarte, Carlos Mouro	
<b>Arqueologia urbana e o sismo de 1755. O contexto da Av. Luísa Todi, 170-178, Setúbal</b>	<b>79</b>
Joaquina Soares, Susana Duarte, Carlos Tavares da Silva	
<b>Silos de Francos e Portugueses em Vila Verde dos Francos – Alenquer</b>	<b>101</b>
Guilherme Cardoso, Luísa Batalha	

<p>O mundo numa casa. As importações no Espaço Cidadão (Palmela) João Nunes, Eduardo Porfírio, Michelle Teixeira Santos</p>	<p><b>115</b></p>	<p>Atentado a Almeida Carvalho. (31 de agosto de 1855) Albérico Afonso, Carlos Mouro</p>	<p><b>199</b></p>
<p>O “Tombo da Câmara de Palmela” (séculos XIV-XIX). Da arqueologia dos documentos à arqueologia a partir dos documentos - um contributo de João Carlos de Almeida Carvalho João Costa</p>	<p><b>129</b></p>	<p>Fran Paxeco em Sesimbra João Augusto Aldeia</p>	<p><b>213</b></p>
<p>Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna Maria João Pereira Coutinho</p>	<p><b>141</b></p>	<p>A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias Diogo Ferreira</p>	<p><b>219</b></p>
<p>A Roda dos Enjeitados Rogério Palma Rodrigues</p>	<p><b>151</b></p>	<p>Notas sobre a indústria de curtumes setubalense Carlos Mouro</p>	<p><b>233</b></p>
<p>Referências literárias em acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense, de João Carlos de Almeida Carvalho Fátima Ribeiro de Medeiros</p>	<p><b>163</b></p>	<p>Antigas Quintas de Setúbal – Espaços Físicos e Sociais Pedro Fernandes</p>	<p><b>245</b></p>
<p>Estado liberal e poder municipal: Almeida Carvalho e a reforma político-administrativa de 1855 Ernesto Castro Leal</p>	<p><b>179</b></p>	<p>A Importância da Memória Viva no Estudo da História Local. Uma Proposta para a sua Preservação Pedro Fernandes</p>	<p><b>253</b></p>
<p>O feriado municipal e a memória colectiva setubalense Carlos Mouro, Horácio Pena</p>	<p><b>187</b></p>	<p>Centenários Bocagianos, momentos de homenagem a um poeta singular (sécs. XIX-XX) António Chitas</p>	<p><b>261</b></p>
		<p>“Hoje ninguém trabalha!” – Resistência operária no concelho do Seixal em 1943 Fátima Afonso, Fernanda Ferreira</p>	<p><b>271</b></p>

# O Feriado Municipal e a Memória Colectiva Setubalense

The Municipal Holiday and the Setubalense Collective Memory

Carlos Mouro\*  
Horácio Pena\*\*

## RESUMO

O dia feriado municipal sadino tem uma história de que aqui se apresentam os principais traços: em 1911 foi criado o feriado municipal sob a Primeira República, coincidido com o dia de nascimento do poeta Bocage. Assim foi até 1952. Em 1969 Setúbal conheceu um novo feriado, festejado a 25 de Julho. Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 tornou-se à matriz republicana e Bocage voltou ao calendário festivo local.

**Palavras-chave:** Lugares de memória; feriado; Bocage; Santiago; República; Estado Novo; 25 de Abril.

## ABSTRACT

The city holiday in Setúbal has got a history from which here are presented the main outlines: in 1910 it was created the city holiday, under the First Republic. It went on like this till 1952. In 1969 Setúbal recognised a new holiday, celebrated on the 25th July. With the revolution of the 25th April 1974, the republican matrix flourished again and Bocage returned to the local festivity calendar.

**Keywords:** Places of memory; holiday; Bocage; Santiago; First Republic; Estado Novo; April 25.

Os feriados são, por excelência, dias consagrados à memória das comunidades que assim os marcam no calendário a assinalarem um acontecimento tido por memorável ou os sucessos de vida daqueles que, pelo seu exemplo, se considere haverem-se destacado de entre os contemporâneos. A ciclicidade inerente a tais celebrações e a organização frequente, em seu torno, de animados e concorridos festejos contribuem para lhes garantir o carácter de momentos de “ritualização

da História”, para nos servirmos de um conceito de Fernando Catroga (Catroga, 1996).

Os feriados são privilegiados lugares de memória, entendida esta como “o que fica do passado na vivência dos grupos ou aquilo que os grupos fazem do passado” (Nora, s.d., 451-452), na expressão feliz do historiador francês Pierre Nora; como o que permite aos colectivos humanos a definição da respectiva identidade: “dizer claramente quem *nós* somos e distinguir-*nos* dos

---

\* - Investigador de História Local (cmbmouro@gmail.com).

\*\* - Investigador de História Local.



*outros*” (Burke, 1992, p. 246). Deste modo, “a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória colectiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves da identidade colectiva” (Le Goff, 1984, p. 12).

Por outro lado, a memória colectiva é, também, um instrumento e um objectivo de poder: “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva” (Le Goff, 1984, p. 13).

Se as memórias são construídas pelos grupos sociais, se são estes que determinam o que é “memorável” e a forma ou formas de rememoração, a memória colectiva é, portanto, uma construção social. Nos lugares de memória devemos procurar os criadores e dominadores da memória colectiva: estados, forças sociais e ambientes políticos.

Importa que volvamos o olhar para a história do dia feriado setubalense, para as etapas que envolveram a sua instituição. Etapas bem distintas e múltiplas de significados, porque “filhas” de conjunturas bem diversas. Importa que tal se faça porque dessa reflexão colheremos proveitosos elementos auxiliares para uma melhor definição do que seja a identidade setubalense. Como e por quem tem ela sido construída? Quais as lembranças e quais os esquecimentos de que essa identidade tem vindo a ser tecida? Importa que sobre estas matérias reflectamos porque só conhecendo essa história, porque só conscientes dela, enquanto cidadãos, poderemos contribuir para a construção do futuro comum e, ainda, porque numa sociedade massificada e individualista, pouco dada ao envolvimento em rituais geradores de comunhão, numa sociedade que anseia por usufruir o descanso, estas evocações não estão a desempenhar verdadeiramente a função para que foram criadas. Os feriados e as festas, nomeadamente, são cada vez mais entendidos como meros pretextos para as actividades lúdicas e de ócio. Há alguns anos, em relação aos feriados, chegou a discutir-se a

necessidade de torná-los móveis e subsequentes ao dia de descanso dominical. Segundo os defensores da ideia, com tal medida evitavam-se incalculáveis prejuízos que a fidelidade histórica causa por alterar o ritmo semanal de trabalho. Mais recentemente, todos nos lembramos da polémica em torno da supressão de quatro feriados (dois civis e dois religiosos), uma proposta assente em princípios económicos... Uma proposta que nem a economia favorecia. Como atempadamente notou Sérgio Campos de Matos, “a celebrada Finlândia, erigida por vezes em modelo de sucesso económico” tinha tantos feriados como Portugal – 13 – “e menos dois que o Japão” (Matos, 2012, p. 563).

Estará aqui “a prova do domínio crescente da mentalidade economicista e da preocupante emergência de uma sociedade sem memória?” (Catroga, 1996, p. 644).

## OS FERIADOS CÍVICOS

“Os feriados são formas de suspender a banalização do tempo quotidiano, de molde que irrompa um tempo-outro – o da sacralidade – sob os auspícios da entidade que se pretende celebrar. Por isso, é dia pleno para o exercício da lembrança que a repetição do calendário ajuda a preservar”. Ligado ao “processo de politização” e de “secularização”, o feriado cívico é “uma das formas típicas de ritualização da história” (Catroga, 1996, p. 642).

Posteriormente, Luís Oliveira Andrade (1959-2005) notaria que “nos nossos dias, a designação de feriado acabou por compreender a totalidade dos dias oficialmente celebrados com a cessação do trabalho, quer os dedicados à (co)memoração de natureza cívica e política, quer os dias santos reconhecidos pelo Estado”. Porém, segundo o mesmo investigador, no período da Monarquia Constitucional o feriado “não tinha esta dimensão solenemente celebrativa nem este carácter exclusivo, embora implicasse, por norma, a interrupção das actividades das instituições públicas. Com efeito, aparece-nos a designar igualmente os períodos que hoje são de ‘férias’ (...) e alguns dias de cessação

do trabalho que não decorriam de datas memoráveis (...). No entanto, (...) parte deles eram também dias consagrados à memória, constituindo, com esta denominação de feriados, apenas um escalão na hierarquia dos dias para este efeito observados pelo Estado monárquico” (Andrade, 2001, p. 57)<sup>1</sup>.

Após o 5 de Outubro de 1910, a República tratou de “instituir o seu próprio sistema de festas e comemorações” (Ramos, 1994, p. 427-429). “Comemorar” parece fazer parte, aliás, dos programas revolucionários. A filósofa e historiadora bretã Mona Ozouf, que se especializaria no momento charneira da Revolução Francesa, notou já que “todos os que fazem calendários de festas, concordam com a necessidade de alimentar através da festa a recordação da Revolução”. É uma atitude que podemos remontar à *Constituição* francesa de 1791 que previa, no título primeiro: “Serão estabelecidas festas nacionais para conservar a recordação da Revolução Francesa” (Le Goff, 1984, p. 37).

Em Portugal, o Decreto com força de lei de 12 de Outubro de 1910 estabeleceu os feriados do jovem regime (sublinhe-se a pressa que o novo regime teve em legislar sobre a matéria). Ao mesmo tempo, aboliu todos os relacionados com a família real bem como os de cariz político até então celebrados pela Monarquia Constitucional. Passaram a ser cinco os feriados portugueses: “1 de Janeiro (consignado à fraternidade universal); 31 de Janeiro (consagrado aos precursores e aos mártires da República); 5 de Outubro (consagrado aos heróis da República); 1 de Dezembro (consagrado à autonomia da pátria portuguesa); 25 de Dezembro (consagrado à família)” (*Diário do Governo*, 13-10-1910, cit. Andrade, 2001, p. 64)<sup>2</sup>.

A 22 de Novembro daquele mesmo ano, por Decreto da Presidência, o 1.º de Dezembro foi declarado dia da “festa da bandeira nacional”. Com esta “habilitação”, aliando o dia da Restauração (da monarquia portuguesa, pela dinastia de Bragança, note-se) à nova bandeira republicana (“precioso símbolo”, “representação objectiva da Pátria”), garantiu-se, por assim dizer, a “republicanização” do dia (Andrade, 2001, p. 66).

Mais tarde, a 1 de Maio de 1912, um Decreto do Congresso da República instituiu como novo feriado o dia 3 de Maio – tido, erradamente, como sendo o da descoberta do Brasil. Completava-se, deste modo, o quadro dos feriados nacionais instituídos pela Primeira República.

### O FERIADO MUNICIPAL SETUBALENSE E A I REPÚBLICA

No já *supra* citado Decreto, de 12 de Outubro de 1910, permitia-se que as Câmaras Municipais instituísem, localmente, um feriado anual “escolhendo-o de entre os que representam as festas características” do concelho. Como bem notou Luís Oliveira Andrade, “procurava-se não afrontar a província rural e católica, não lhe proibindo as imemoriais festividades e romarias por ocasião dos dias dos santos padroeiros. Por outro lado, o feriado concelhio poderia decorrer da fidelidade à matriz do municipalismo federalista republicano” (Andrade, 2001, p. 64; e Andrade e Torgal, 2012).

Quando, em 1911, se tratou de encontrar um dia para instituição do feriado municipal setubalense, a imprensa republicana local foi unânime na indicação de uma efeméride bocagiana. Em Maio, *O Elmano* – de há muito conotado com os republicanos evolucionistas – dava conta do alvitre de “um colega da imprensa local” – *República* (?), conotado com o Partido Democrático – para que “fosse escolhido o dia do nascimento ou do falecimento do grande e inolvidável poeta setubalense Manuel Maria Barbosa du Bocage”. O periódico de onde respigámos o eco desta sugestão concordava com o seu colega, muito especialmente se a escolha recaísse “no dia do nascimento do notável vate” – 15 de Setembro (*O Elmano*, 6-5-1911). A 10 de Junho *O Elmano* voltava ao assunto e aos alvitreiros do *República*<sup>3</sup>. Estranhava-se, então, a falta de apoio da restante imprensa, “pois, com franqueza – escrevia-se – não vemos inconveniente em se prestar homenagem à memória de quem tanto honrou Setúbal e as letras pátrias” (*O Elmano*, 10-6-1911). Uma semana depois,

na redacção do periódico que vimos citando, fora recebida uma “nota do amigo e assinante António José Mendes<sup>4</sup>, (...) activo proprietário do 53 da Rua Álvaro Castelões<sup>5</sup>, tratando do feriado de Setúbal”. O muito conhecido “Mendes 53” recordava que “já no *Radical*<sup>6</sup>, redigido pelo sr. Paulino de Oliveira, ele [indicara] o dia 15 de Setembro, aniversário do nascimento do grande poeta setubalense (...) como o mais próprio para esse feriado” (*O Elmano*, 17-6-1911). O citado hebdomadário folgava “com a declaração do sr. Mendes, tanto mais que este nosso amigo – acrescentava o redactor – entende que o dia 15 de Setembro não só deve ser feriado mas também festejado por qualquer forma, sendo um dos números a deposição de flores no pedestal da estátua que se ergue ali na praça que tem o nome do inolvidável vate, pelos habitantes de Setúbal, que, em cortejo, prestariam todos os anos essa homenagem à memória de quem tanto lutou pela Liberdade e foi a maior personalidade literária do seu tempo” (*O Elmano*, 17-6-1911). Impunha-se, cada vez mais, uma data bocagiana.

A 9 de Agosto, a Comissão Administrativa do Município designou, por fim, o dia 15 de Setembro para feriado municipal (*Alvorada*, 15-8-1911; *O Elmano*, 19-8-1911). Nessa reunião, o vice-presidente da edilidade – Ezequiel do Soveral Rodrigues<sup>7</sup> – lembrou “que de harmonia com o Decreto de 12 de Outubro de 1910 a Comissão [tinha] de designar um dia para feriado local, parecendo-lhe que o dia escolhido [devia] ser o dia 15 de Setembro que é o do aniversário do nascimento do grande poeta, filho notável desta cidade, Manuel Maria Barbosa du Bocage. Assim, se deliberou por unanimidade” (ADSTB, ACMS, Caixa 50, *Livro de Actas da Comissão Executiva da C.M.S. 1911-1912*, f. 112 v.).

Mas, interroguemo-nos: porquê a escolha desta data?

Setúbal escolheu o dia 15 de Setembro retomando a identificação da cidade com um dos seus filhos mais ilustres: o poeta Bocage já “republicanizado” pelas festas do I Centenário da morte, que haviam decorrido em Setúbal, em 1905. Similar, em muitos aspectos, foi a escolha que Lisboa fez do dia 10 de Junho para

seu dia feriado municipal, recuperando a presumível data de morte de Luís de Camões cuja imagem havia sido definida, em 1880, aquando das festas do III Centenário, das quais muito aproveitou o nascente movimento republicano. Em Lisboa, em torno desse dia e da figura do autor de *Os Lusíadas*, viriam a realizar-se umas muito animadas “festas da cidade”. Outro tanto sucederia em Setúbal.

Mais do que um feriado, os setubalenses ganharam uma nova festa popular. Aliás, tal vocação já se depreendia das palavras de António José Mendes e são confirmadas pelo insuspeito periódico *A Mocidade*<sup>8</sup> que sobre a decisão da Comissão Administrativa comentara: “Não podia ser melhor escolhido o dia, pois que prestando-se culto à memória da principal glória de Setúbal, uma das primeiras do país, se conseguiu o que de há muito se pensava: realizar festas anuais, as verdadeiras festas da cidade” (*A Mocidade*, 15-9-1911).

Novidade desta monta traria a Setúbal, pensavam os redactores daquele periódico, um sem-número de visitantes... A colónia balnear cresceria a olhos vistos... Enfim, o desenvolvimento económico e comercial seria acelerado e as possibilidades de negócio resultariam acrescidas. As festas da Arrábida “que tanto nome deram à cidade, que gozaram de tão merecida fama, chegando a ser consideradas das primeiras do país”, seriam definitivamente arredadas do calendário festivo local. Com o trabalho de todos, augurava o periódico, as festas bocagianas poderiam “muito bem substituí-las e mesmo suplantá-las, pois a memória de Bocage por todos é respeitada, e as festas da cidade estão, por assim dizer, no espírito da época” (*A Mocidade*, 15-9-1911). A pequena e a média burguesia setubalense rejubilava.

Um ano mais tarde, o jornalista e jovem republicano setubalense Afonso de Macedo e Castro<sup>9</sup> relembriaria, n’*O Elmano*, as vicissitudes da eleição do dia 15 de Setembro para feriado municipal e adiantaria, sublinhando o seu verdadeiro significado: “Era a escolha mais acertada que se podia fazer e, por isso, ela teve

o aplauso unânime da cidade que a acolheu com prazer e entusiasmo”. No parágrafo seguinte, concluiu: “De facto que melhor dia poderia ser escolhido para o feriado de Setúbal do que o do nascimento de Manuel Maria Barbosa du Bocage, o filho mais ilustre desta cidade, um dos talentos mais privilegiados de toda uma geração, o maior e o mais feliz repentista que tem aparecido, aquele de quem disse com muita verdade um escritor brasileiro, que ele por si só traduzia uma época?” (*O Elmano*, 14-9-1912).

Uma vez escolhido o dia e decretado o feriado, “um grupo de setubalenses amantes da sua terra, constituindo-se em comissão, tratou de organizar umas *festas da cidade* que vindo substituir os afamados festejos da Arrábida, de saudosa recordação, nos interesses económicos que deles advinham para a terra, fossem ao mesmo tempo uma homenagem condigna prestada à memória do cidadão mais eminente de quantos têm nascido neste pedaço de chão” (*O Elmano*, 14-9-1912).

Vem a talhe de foice referir que adentro deste período Setúbal conheceu, excepcionalmente, outros dias feriados, determinados para assinalar ocasiões de particular significado local. Assim sucedeu em 1920, aquando da abertura da ligação ferroviária a Alcácer do Sal. Então, o vereador João António Grill assinaria o seguinte *Edital*:

“A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal, solenizando a inauguração do caminho-de-ferro para Alcácer do Sal, ficando assim concluída a linha do Vale do Sado, partindo desta cidade, melhoramento este da mais alta importância para Setúbal, faz público que deliberou na sua sessão de quarta-feira última que o dia 24 do corrente seja, por esse motivo, feriado local.

“Para constar se passou o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

“Paços do Concelho de Setúbal, 20 de Maio de 1920.

“O Presidente da Comissão Executiva.

“O Vereador.

“João António Grill”.

(ADSTB, ACMS, 83/03, *Livro de registo de editais*. 1917-1924, f. 183)

## O FERIADO MUNICIPAL DE SETÚBAL E O ESTADO NOVO

Em 1952, o estabelecimento de um novo calendário de feriados obedeceu a dois princípios: ao respeito pelos dias santos, considerando as tradições seculares (ainda que pelo texto da Concordata, assinada entre Portugal e o Vaticano, a 7 de Maio de 1940, o Governo português não fosse obrigado a equipará-los a feriado nacional), por um lado. Por outro, havia que respeitar os grandes marcos da gesta portuguesa. Elegeram-se datas diversas das até então comemoradas e, ao sacrificarem-se algumas, mantiveram-se “as consideradas como de mais vincada significação histórica ou de maior sentido político”, conforme se lê no ponto 3 do “preâmbulo” do Decreto n.º 38 596, promulgado a 4 de Janeiro daquele ano (*Diário do Governo*, I Série, n.º 1, 4-1-1952, 1-2).

Relativamente aos feriados municipais esclarecia-se no citado “preâmbulo”, muito possivelmente redigido por Oliveira Salazar: “aproveita-se a oportunidade para se resolver em termos diferentes dos actualmente em vigor a questão dos feriados municipais, que não têm tradição apreciável e, portanto, se entendeu podiam deixar de existir como regra, admitindo-se apenas a subsistência de alguns, poucos, que andem ligados a verdadeiras festas tradicionais e características dos concelhos”. Seguindo esta lógica, decretava-se: “Relativamente aos concelhos em que se realizar alguma festa tradicional e característica, poderá o Governo, por decreto do Ministério do Interior ou do Ultramar, autorizar que as respectivas câmaras municipais considerem feriado o dia especialmente consagrado a tais festas”. Várias foram as municipalidades que invocaram o novo texto legal para o estabelecimento do seu dia feriado.

Em 1952, o dia 15 de Setembro já não foi feriado na cidade do Sado. Porém, não se julgue que os setubalenses encararam de ânimo leve, sem objecções e controvérsia, aquela supressão. Bem pelo contrário! A questão foi, desde logo, apaixonadamente discutida, nomeadamente nas páginas da imprensa local. Ainda que brevemente, tentemos fazer a crónica desse debate.

A 11 e a 13 de Junho de 1953, nas páginas d’*O Setubalense*, J. Santos e Silva<sup>10</sup> firmou um artigo, justamente intitulado: “A propósito dos feriados municipais”. Nesse longo texto acabava o conhecido livreiro setubalense por sugerir que se instituisse como feriado municipal o dia do Nosso Senhor do Bonfim, festa de tão largas tradições em Setúbal, sobretudo junto da classe piscatória dos antigos bairros de Fontainhas e de Troino.

Em 22 de Setembro de 1954 o mesmo periódico advogava a reposição do feriado setubalense em 15 de Setembro, como a melhor forma de homenagear condescendentemente o admirado *Elmano Sadino*.

Dois anos volvidos, a 30 de Julho, sempre nas páginas d’*O Setubalense*, foi a vez de Ricardo Correia<sup>11</sup> sugerir o dia 25 de Julho – dia do apóstolo Sant’Iago e, também, data de abertura da tradicional Feira local – para dia de feriado municipal. Outros não foram indiferentes ao alvitre. A 1 de Agosto o médico e publicista Luís Cabral Adão<sup>12</sup> – em artigo assinado com o pseudónimo de “Repórter Zero” – após considerar ser Bocage “o mais alto título de glória” setubalense, advogou a reposição do 15 de Setembro como dia feriado, argumentando em jeito de resposta aos que sugeriam uma data de cunho religioso: “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. A 20 de Agosto do mesmo ano de 1956 Carlos Alberto Babo entrou no debate defendendo, também, o dia 25 de Julho.

A 21 de Junho de 1965 o já citado Ricardo Correia tornaria às páginas d’*O Setubalense*, interrogando-se: “Para quando o feriado municipal?”. Nesse escrito defendeu, uma vez mais, que para tal efeito celebrativo fosse instituído o 25 de Julho, dia de Sant’Iago e dia, como já vimos, de abertura da secular feira anual, afinal a única festa tradicional de Setúbal, na óptica do articulista.

Em 1967 a questão voltaria a ser tratada n’*O Setubalense*, desta feita por M. Gonçalves Martins<sup>13</sup>. A propósito da inauguração, a 14 de Julho, da edição desse ano da Feira de Sant’Iago escrevia aquele advogado e bibliotecário municipal: “é de facto a

única festa profundamente enraizada na alma setubalense”. Por isso, argumentava, resistira “a todos os vendavais históricos”. Era “para a grande maioria dos setubalenses (...) esta e só esta a verdadeira festa”. Era “a festa do povo” (*O Setubalense*, 22-7-1967)<sup>14</sup>. Meses depois, em Novembro, foi num jantar de rotários que o médico Mário Moura recuperou, talvez mesmo sem o saber, uma ideia já apresentada por Santo Silva: a “de poder estabelecer-se o feriado municipal no dia em que se festeja o Senhor do Bonfim”, dado tratar-se de “uma devoção tradicional e ainda fortemente arreigada nos ambientes piscatórios” (*O Setubalense*, 2-12-1967). Dois dias volvidos, Gonçalves Martins trouxe o tema, uma vez mais, às páginas do periódico que vimos seguindo. Então defendia, claramente, o dia 25 de Julho como o mais próprio para feriado local. Segundo ele, “até facilitaria a cerimónia da abertura [da Feira de Sant’Iago], pois realizar-se-ia [aquela] sempre num dia feriado”, cessando a “necessidade de antecipar o início” daquele certame “para o fazer coincidir com o domingo ou véspera de domingo” (*O Setubalense*, 4-12-1967). A questão não era fácil, tanto mais que havia quem defendesse outras datas como, por exemplo, o dia 3 de Dezembro, data em que a Igreja celebra S. Francisco Xavier (1506-1552)<sup>15</sup>.

O debate – “o campeonato do feriado”, na frase de Cabral Adão (*O Setubalense*, 11-12-1967) – continuou pelo ano de 1968, com a participação dos já referenciados Gonçalves Martins e Santos Silva (*O Setubalense*, 6 e 20-1-1968, respectivamente). Este último chegou a propor, para o efeito, as datas de 14 ou 17 de Dezembro, quando os setubalenses se destacaram na luta contra o ocupante castelhano.

A promulgação, a 29 de Setembro de 1969, do Decreto n.º 49 295 que, de uma assentada, autorizou 42 municípios a estabelecerem os dias feriados, nas datas nele indicadas, pôs termos à contenda. Diga-se, a título de curiosidade, que apenas Mogadouro e Arganil viam os seus feriados estabelecidos em datas profanas: a 15 de Outubro e a 7 de Setembro, dias

da Feira dos Gorazes e da Feira do Monte Alto, respectivamente. Ainda hoje assim é. A partir de então Setúbal passou a celebrar o seu feriado municipal a 25 de Julho, dia de Sant'Iago, coincidindo com a abertura da feira anual. Por curiosidade, refira-se que também Cantanhede e Mondim de Basto celebravam, (e celebram) o seu dia feriado a 25 de Julho (*Diário do Governo*, I Série, n.º 237, 9-10-1969, p. 1369-1370).

A imprensa local de então noticiou e comentou o facto. *O Distrito de Setúbal* fê-lo, de forma muito breve, na edição de 14 de Outubro e *O Setubalense* dedicou-lhe algumas linhas na edição de 18 do mesmo mês. Escreveu-se neste último periódico: “Finalmente, foi autorizado por decreto (...) o feriado municipal do concelho de Setúbal”. Mais adiante, concluía: “Esta solução que talvez desagradasse a muita gente parece-nos, de momento, a única aceitável em face da actual legislação”. Foi a solução que vigorou até ao 25 de Abril de 1974.

#### O FERIADO MUNICIPAL DE SETÚBAL E O 25 DE ABRIL

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 a questão do dia feriado municipal setubalense voltou a colocar-se e a estar, por assim dizer, na ordem do dia. A Comissão Administrativa, desde logo, desenvolveu esforços para que o dia feriado municipal tornasse a celebrar-se a 15 de Setembro. De facto, n' *O Setubalense*, de 16 de Setembro de 1974, em artigo intitulado: “Bocage, o poeta da vibração revolucionária”, firmado por J. Santos e Silva se estranhava a “obstinada recusa à homologação do 15 de Setembro como feriado municipal”.

Permita-se-nos um pequeno parêntesis. Pode estranhar-se que Santos Silva – homem conservador e católico convicto que defendera, em 1953, em pleno Estado Novo, que o dia feriado local se assinalasse no dia de Nosso Senhor do Bonfim – venha agora advogar para o mesmo efeito, em pleno PREC, uma data bocagiana, tornando à matriz inaugurada pela Primeira República, anticlerical e laica. Só aparentemente,

há contradição no pensamento do livreiro setubalense. Sucede que a figura de Bocage fora já alvo da releitura revisionista pelos integralistas – cujo ideário Santos Silva professava – nomeadamente pela pena de António Sardinha, o principal esteio ideológico do movimento do pelicano. A economia do presente texto não nos permite pormenorizar o assunto. Diremos apenas que tal releitura nasceu em Setúbal e por solicitação local. Segundo o testemunho de Augusto da Costa<sup>16</sup>, numa conferência pronunciada no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Setúbal, no dia 15 de Setembro de 1953, foi para satisfazer ao pedido de “um modesto quinzenário setubalense” que Sardinha se debruçou sobre o significado da vida e da obra de Elmano Sadino (Costa, 1965). Conhecidas as profundas ligações de Augusto da Costa ao Integralismo Lusitano, não é de excluir a hipótese de o texto em causa ter sido solicitado ou, tão-só, sugerido por este a Sardinha. Efectivamente, no “quinzenário Monárquico-Integralista” local *A Restauração*, nas edições de 29 de Setembro, 10 de Outubro e 7 de Novembro de 1918, apareceu um estudo intitulado, singelamente, “Bocage” no qual o autor de Monforte contrapunha ao Bocage republicano um novo e renovado poeta: “... o que há de grande e valioso em Bocage, é o Bocage escondido no escuro, é o Bocage da conversão, é o Bocage reconciliado com a regra, sem a doce aceitação da qual a paz inteira jamais se conquista”. Mais adiante, conclui: “Bocage, convertido e arrependido, foi mais livre na condução da sua vontade que o Bocage dos risos demolidores e da ‘pavorosa ilusão da eternidade’. (...) Ao adormecer tranquilamente no Senhor, morria realizado o trabalho difícil da unidade do seu ser indestrutível”<sup>17</sup>. Era neste Bocage, por certo, que Santos Silva pensava quando alinhavou sugestão a que nos referimos.

Em 1974 as comemorações bocagianas culminaram com a atribuição do nome do maior amigo de *Elmano Sadino* – o popular José Pedro da Silva ou “José Pedro das Luminárias” – à antiga Rua de Aranguez (*O Setubalense*, 16-9-1974).

A 30 de Agosto de 1977 o assunto foi tratado em reunião do executivo municipal, tendo o então presidente da Câmara – Orlando Augusto Curto<sup>18</sup> – informado os demais vereadores de que se estava “a diligenciar a transferência do feriado municipal, a partir do próximo ano, do dia de Santiago (25 de Julho) para o dia de Bocage (15 de Setembro)”. “Como incentivo para esse acontecimento”, o dia 15 de Setembro seria já nesse ano “comemorado com uma série de festividades de carácter popular na Praça de Bocage” (Arquivo Municipal de Setúbal, *Acta n.º 29, da reunião de Câmara de 30-8-1977*, fls. 15-16). De facto, a 7 de Setembro, o programa das festas bocagianas de 1977, que teriam lugar nos dias 15, 16 e 17 imediato, foi apresentado no Salão Nobre da Câmara Municipal, pela Comissão de Cultura e Recreio da C. M. S. (representada por Américo Pereira) e pela Casa Bocage (representada por José Fernandes). Pretendia-se que o dia de Bocage fosse, “a curto prazo”, considerado feriado municipal. As realizações desse ano eram “o ponto de partida para essa intenção”. Segundo palavras de Américo Pereira, transcritas pelo *Nova Vida*, Bocage vinha sendo “comemorado de uma maneira muito formal, em salas, com conferências, enfim, de uma maneira pouco popular; e nós entendemos que as comemorações de Bocage devem ser, quanto possível, populares, dado que Bocage foi um poeta popular. Não era de salões, nem elitista. Era popular” (*Nova Vida*, 9-9-1977). Para a concretização dos objectivos propostos, os dinamizadores do programa pediam a colaboração da Associação de Comerciantes, das empresas da região e, em particular, dos moradores na Praça de Bocage. A 14 de Setembro, na véspera do aniversário natalício do poeta, o *Nova Vida* dedicava a edição a “Bocage – poeta do povo” e lançava a palavra de ordem, algo paradoxal: “Em Portugal, os eruditos têm um poeta: Camões. O povo tem outro: Bocage” (*Nova Vida*, 14-9-1977).

Em seguida, a proposta de transferência do feriado local foi submetida à Assembleia Municipal, para

que este órgão autárquico se pronunciasse. A 17 de Fevereiro de 1978, a questão foi tratada, uma vez mais. Após alguma discussão entre os deputados municipais, foi João de Almeida, da Junta de Freguesia de Nossa Senhora Anunciada, quem sintetizou o ideário da época ao expor o seu pensamento sobre a matéria: “Portugal tem já demasiados feriados de carácter religioso e porque considera[va] que de entre os vultos setubalenses o que tem mais expressão cultural e artística é sem dúvida Manuel Maria Barbosa du Bocage, não é por favor que esta cidade há-de prestar[-lhe] o devido tributo fazendo com que se fixe um feriado com características culturais para que não só os setubalenses mas a nível nacional se comece a conhecer a figura do poeta Bocage” (AMS, *Acta da reunião da Assembleia Municipal de 17-12-1978*, fls. 15-16).

Aquela proposta viria a ser aprovada por unanimidade e aclamação. O periódico *Nova Vida*, ao dar conta do sucedido nessa reunião, citava o presidente da Câmara Municipal a propósito da alteração aprovada. Este realçou, nessa ocasião: “o dia de Santiago não diz nada como data ou efeméride à população de Setúbal. A alteração do feriado será um preito de homenagem aos valores culturais da terra, neste caso, Bocage” (*Nova Vida*, 22-2-1978). Pese embora o facto de “desde o 25 de Abril” a Comissão Administrativa desenvolver “esforços para que o dia de Santiago, feriado municipal, fosse transferido para o dia de Bocage” (*Nova Vida*, 27-2-1978) só a 22 de Maio de 1978 foi possível ao presidente Orlando Curto assinar o *Edital* n.º 34-78 pelo qual se fazia público que “por deliberação de 17 de Fevereiro (...) da Assembleia Municipal de Setúbal, passou a ser considerado feriado municipal deste concelho, o dia 15 de Setembro, dia de Bocage, deixando de ser considerado como tal, o dia 25 de Julho” (*Nova Vida*, 31-5-1978).

Organizou-se, então, uma Semana Sadina (a 15, 16 e 17 de Setembro) com um vasto programa. Este incluía provas desportivas, feira do livro e do disco,

projectão de filmes, passeios, canto livre, representação da peça *Bocage*, do dramaturgo almadense Romeu Correia – pelo Teatro Animação de Setúbal (TAS)<sup>19</sup> –, e outras manifestações de carácter popular (*Nova Vida*, 1 e 13-9-1978).

Um ano depois, a 29 de Agosto de 1979, o *Nova Vida* noticiava: “Como já é do conhecimento geral, Setúbal comemora, à semelhança do ano passado, o Dia de Bocage, em 15 de Setembro, tornado feriado municipal”.

O momento alto das celebrações desse ano viveu-se no dia 15, com a realização de um cortejo evocativo da época bocagiana. Foi dirigido pelo funcionário municipal José Fernandes e teve organização da Secção de Dinamização Cultural da Câmara Municipal de Setúbal e do TAS – Teatro Animação de Setúbal (*Nova Vida*, 22 e 29-8-1979).

A Semana Sadina continuaria a realizar-se, com maior ou menor brilho, ao longo dos anos 80. No primeiro ano desta década (o ano em que por todo o País se celebrava Camões, a propósito do IV Centenário do falecimento) decorreram as festas de Setúbal entre os dias 13 e 22 de Setembro. Realizavam-se sob o signo de Bocage que, no dizer de Fátima Brinca, nas páginas do *Nova Vida*, se transformara no “exemplo de luta que caracteriza as raízes mais profundas desta cidade. (...) Cidade que através dos seus filhos – Bocage é um dos mais significativos – sempre soube manter-se no caminho da luta em prol dos mais fracos” (*Nova Vida*, 12-9-1980). Ainda assim, o mesmo periódico considerava o programa “fraco” (*Nova Vida*, 19-9-1980). Salvava-se o teatro (com a participação do TAS e do grupo cénico Presença<sup>20</sup>), um festival de folclore (organizado pelo Rancho Folclórico de Praias do Sado) e uma exposição realizada no Museu de Setúbal.

Em 1981, tiveram lugar as festas entre os dias 13 e 20 de Setembro com um programa onde avultava a realização de provas desportivas.

No ano seguinte, as comemorações decorreram nos mesmos moldes, de 12 a 19 do mês natalício do

poeta homenageado. Ouvia-se música na Praça de Bocage, com entradas pagas (!) e a Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal – SALPA – reeditou, de parceria com a Câmara Municipal, em *fac-simile*, o opúsculo *A Nossa homenagem ao insigne poeta setubalense Bocage* que, em 1905, na passagem do 1.º centenário da morte do poeta, o casal Ana de Castro Osório e Paulino de Oliveira haviam promovido e dirigido.

## NOTAS

1 - Registemos, aqui, um exemplo colhido na imprensa setubalense: Por deliberação de 7 de Julho de 1897 “foi considerado feriado e de regozijo público o dia 8 do corrente, 4.º centenário da partida de Vasco da Gama para a Índia” (*O Elmano*, 10-7-1897).

2 - Ao noticiar a publicação deste decreto, o periódico setubalense *O Trabalho* de tendência socialista evolucionista, comentou: “Foi pena que não lembrasse incluir o 1.º de Maio, que muito bem poderia ser consagrado à festa do trabalho” (*O Trabalho*, 16-10-1910).

3 - “Órgão dos republicanos de Setúbal e de propaganda na região Sul do Tejo”. Editou o primeiro número a 1 de Janeiro de 1910, sob a direcção de Luís da Silva. Após 10 de Junho de 1911 foi seu director Ezequiel Soveral Rodrigues (1861-1952). Terminou a 1 de Dezembro de 1917 (Jesus, 1955, p. 18-19). Na hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal (BPMS) existe a partir do número 90, de 4-11-1911.

4 - Filho de José Maria Mendes, negociante e, em algum período, construtor naval (1836-1921) e de Carolina Gomes Cardim (1840-?). Carolina, por seu turno, era filha de António Pedro Gomes Cardim (1807-1897) e de Maria da Esperança de Oliveira (?-1895). Era, assim, irmã do renomado músico setubalense João Pedro Gomes Cardim (1832-1918). Da união de José Maria e Carolina nasceram, ainda: Duarte Mendes, chapeleiro, e João Augusto Mendes, o popular “Mendes Estafeta”, por ter exercido aquela actividade, por longo tempo, entre Setúbal e outras localidades. António José Mendes era popularmente conhecido por “Mendes 53” por ter sido dono de uma muito afamada “casa mista de novidades”, localizada no n.º 53 da Rua Álvaro Castelões. Foi, ainda mutualista: em 1910 era membro da Direcção da Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense (*Independente*, 23-12-1909) e, em 1915, era vogal da Direcção da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Fevereiro. A “arte dos sons” atraiu-o, também. Em 1923 integrava o Grupo Musical António Eduardo e *O Setubalense*, na edição de 6 de Abril, apelidava-o de “primeiro violista setubalense”.

5 - Foi em 1890, na sequência do *Ultimatum* inglês de 11 de



Janeiro desse ano, que se introduziu em Setúbal o topónimo Rua Álvaro Castelões. Nesse momento de comoção interna, no plenário municipal de 29 de Janeiro, foi “apresentado um requerimento com muitas assinaturas” pedindo a alteração do nome de algumas artérias. Assim, as antigas ruas ‘dos Ourives’, ‘dos Caldeireiros’ e ‘dos Sapateiros’ passaram a designar-se, respectivamente, por ‘Serpa Pinto’, ‘Álvaro Castelões’ e ‘Augusto Cardoso’. Outro tanto sucedeu em Palmela – que então integrava o concelho setubalense – onde as ruas ‘do Ouro’ e ‘do Chafariz’ e a Praça do Pelourinho passaram a designar-se, respectivamente, Rua Serpa Pinto, Rua Augusto Cardoso e Praça do Duque de Palmela. Esta pequena, mas muito significativa, revolução toponímica conheceu paralelos por todo o País. No momento em que o domínio europeu dos vastos territórios africanos era discutido, em que a presença portuguesa em África era questionada, Setúbal e Palmela prestavam homenagem a três africanistas: a Serpa Pinto (1846-1900), considerado verdadeiro herói nacional; a Álvaro de Castro Araújo Pereira Cardoso Ferraz (1859-1953), colonialista, engenheiro e poeta, filho do segundo Visconde de Castelões e, por isso, mais conhecido por Álvaro de Castelões e a Augusto de Melo Pinto Cardoso (1859-1930), marinheiro, matemático, astrónomo, meteorologista, companheiro de Serpa Pinto e, mais tarde, negociante, industrial e proprietário.

6 - O primeiro número deste semanário saiu a 30 de Outubro de 1910 e terá terminado com a publicação do número 4, a 17 de Novembro do mesmo ano. (Jesus, 1955, p. 18). Desapareceram da BPMS.

7 - Ezequiel do Soveral Rodrigues (1861-1952). Proprietário, propagandista e político republicano, natural de Santiago do Cacém. Por alguns anos residiu em Setúbal e em 1909 era presidente da Direcção do Centro Republicano local para, dois anos depois (10 de Junho de 1911), surgir como director do semanário *República* – “órgão dos republicanos de Setúbal e de propaganda na Região Sul do Tejo” – cuja publicação se iniciara em Janeiro de 1910. Soveral Rodrigues integrou a Comissão Administrativa do Município de Setúbal, proclamada a 5 de Outubro. Fez parte, também, da segunda Comissão, nomeada a 28 de Julho de 1911. Apresentou a demissão, sendo exonerado por despacho de 4 de Janeiro de 1912. Ao mesmo tempo, abandonou a direcção política do *República* e transferiu-se para Beja. Nesta cidade alentejana fundou o semanário *Ala Esquerda*; foi comissário de polícia; governador civil (1924) e presidente da Comissão Executiva Municipal. Faleceu a 4 de Janeiro de 1952, em Castro Verde.

8 - “Folha quinzenal, literária e noticiosa”, redigida pela mocidade setubalense. Surgiu a 15 de Janeiro de 1905 e terá desaparecido a 15 de Maio de 1940, após 36 anos de publicação! (Jesus, 1955, p. 16).

9 - Afonso Henriques Teixeira de Macedo e Castro nasceu na freguesia de S. Julião, Setúbal, a 9 de Agosto de 1889, filho do escrivão da Fazenda Joaquim Teixeira de Macedo e Castro (1836-1915), originário do concelho de Lamego, distrito de Viseu, e de D. Maria do Patrocínio. Cedo se interessou pelo

jornalismo. Dirigiu e foi coproprietário do “semanário monárquico” *O Heraldo* (publicado na cidade do Sado entre 27 de Agosto de 1907 e 11 de Setembro de 1908). Em 1913 era já jornalista d’*O Elmano*, entretanto convertido ao ideário do Partido Republicano Evolucionista, chefiado por António José de Almeida (1866-1929). Ainda naquele ano, após Agosto, assegurou a direcção do periódico, enquanto Leonardo Duarte Júnior (1859-1915), o director, tratava de problemas de saúde. Em 1915 Macedo e Castro dirigirá o efémero “semanário regional independente” *Jornal de Setúbal*. Dois anos depois, 1917, com 28 anos, casou com Maria da Encarnação Sousa Mira, filha de ilustre família eborense. Sempre como jornalista esteve ligado ao periódico *O Setubalense*, quer como colaborador, quer como redactor efectivo (1921-1923); foi redactor do “semanário desportivo” *Sport Setúbal* (1921); era proprietário e director d’*O Elmano*, quando este findou, a 23 de Abril de 1922, após 1791 números editados; foi editor, proprietário e editor da *Gazeta Setubalense*, então em segunda fase de publicação (1924). Por volta de 1924 foi nomeado Administrador do Concelho, mantendo-se no lugar até ao 28 de Maio de 1926. Desempenhou, ainda, o cargo de bibliotecário municipal (1939-1959). Esteve exilado em Bordéus durante o Salazarismo. Era irmão de Luís Henriques Teixeira de Macedo e Castro (1887-1970), jurista, notário e professor. Faleceu a 14 de Novembro de 1961, na sua residência do antigo Largo do Carmo, hoje Largo João Vaz.

10 - Joaquim Santos e Silva (1894-1980). Livreiro, proprietário da Livraria Nun’Álvares, na Rua Serpa Pinto (no troço que hoje corresponde à Rua Dr. Paula Borba). Integralista convicto. Vicentino, escutista e católico (Correia, 1986, p. 117-119).

11 - Sobre Ricardo Correia veja-se o texto de Rogério Claro em: Ricardo Correia, 1986, p. 213-215.

12 - Natural de Vila Flor, distrito de Bragança, Luís Cabral Adão rumou a Setúbal no ano em que obteve a especialização em Estomatologia (1938). Estabeleceu consultório na cidade, no Largo da Misericórdia, e fez-se publicista e poeta. Colaborou na imprensa local (nomeadamente n’*O Setubalense* e n’*O Distrito de Setúbal*), tendo deixado impressa, autonomamente, uma significativa obra poética e em prosa. Pelos anos cinquenta do século passado foi fundador e animador da tertúlia poética *Arcádia da Fonte do Anjo*. A 30 de Abril de 1988, ao cumprirem-se 50 anos de permanência em Setúbal, um grupo de admiradores e amigos homenageou-o, fazendo descerrar uma lápide na chamada ‘praia das rochas’, junto ao Outão, e realizando um animado jantar. Faleceu com 82 anos, a 6 de Agosto de 1992, em Almada, onde residia, sendo sepultado na terra natal, em jazigo de família. No dia seguinte ao do passamento seria apresentado em Setúbal o livro *Um tesouro guardado...* que reúne fotos de Américo Ribeiro (1906-1992) com textos de Cabral Adão que, assim, não pôde ver impressa a obra à qual prestara a sua derradeira colaboração. Ao nome deste médico e poeta ficará para sempre ligado o epíteto que criou para designar a cidade que o adoptara: *Setúbal – cidade do rio azul*. (Envia, 2003, p. 299-302).

13 - Manuel Gonçalves Martins (1911-1981), natural de Alfaiates,

concelho do Sabugal. Veio para Setúbal em 1949, como professor do ensino básico. Em 1959 licenciou-se em Direito. Foi professor da Escola Técnica e bibliotecário municipal. Colaborou na imprensa local e publicou *Instabilidade* (poesia), em 1970. Foi casado com Virgínia Gusmão Martins. Desta união nasceram Maria Elisabete Martins e José Filipe Martins, arquitecto. Morreu em Abril de 1981, com 70 anos de idade (*Nova Vida*, 24-4-1981).

14 - Sobre esta devoção veja-se: Bento, 1993, p. 221-227 e bibliografia aí citada.

15 - Francisco Xavier que era já o padroeiro de Setúbal. Segundo Manuel Maria Portela, foi a 19 de Março de 1703 que a Câmara Municipal de Setúbal requereu que lhe fosse dado S. Francisco Xavier por padroeiro. A 2 de Junho de 1704, D. Pedro II (1648-1706) ordenou que na forma requerida pela Câmara setubalense se desse provisão para que no 3.º dia de Dezembro de cada ano se realizasse a procissão de S. Francisco Xavier, ao qual os moradores haviam tomado por padroeiro. (Manuel Maria Portela, *Diário histórico setubalense*, Setúbal, 1915, p. 13 e 25).

16 - Jornalista, romancista, dramaturgo, propagandista do Integralismo e, depois, do Corporativismo. Jesino Augusto da Costa, de nome completo, nasceu em Setúbal, a 29 de Setembro de 1899. Com apenas 12 anos, estreou-se nas letras, no “quinzenário humorístico e de caricaturas” setubalense *A Cega-Rega*, dirigido por Jorge Martinho Claro e no qual participava, como caricaturista, o pintor setubalense Fernando dos Santos (1892-1965), muito jovem ainda. Colaborou, depois, n’*O Setubalense*. Em 1918 assumiu a direcção do periódico *A Monarquia*, órgão do Integralismo Lusitano e a direcção do quinzenário integralista setubalense *A Restauração*. Em 1933 Augusto da Costa foi nomeado secretário da Presidência do Conselho, tendo-se revelado um dos mais activos e esforçados obreiros da legislação que implantou em Portugal o regime corporativo, legislação que compilaria. No mesmo ano, publicou um volume de estudos sociais intitulado *Crepúsculo dos deuses*. Uma vez criado o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, em 1933, Augusto da Costa assumiu aí um lugar de destaque. Foi colaborador assíduo de diversos periódicos, jornais e revistas. Entre os amigos, contou com Fernando Pessoa (1888-1935) que, aliás, lhe prestou colaboração para o volume por si organizado em 1934, *Portugal, vasto império*, que seria prémio de jornalismo do S.P.N. Faleceu em 7 de Julho de 1954.

17 - Mais tarde, em 1924, uma segunda versão do mesmo texto, com inúmeras alterações, foi dada à estampa na colectânea de “ensaios & estudos” intitulada *Ao princípio era o Verbo*. Nesta segunda versão, o trabalho de Sardinha apareceu com outro título, bem mais significativo: “A conversão de Bocage” (Lisboa, Portugália Editora, 1924, p. 255-273). Por lapso, o texto sobre *Elmano Sadino* não vem elencado no “índice” do conjunto. Um ano após esta publicação, alguns parágrafos daquela prosa de Sardinha seriam reproduzidas – em jeito de síntese – no periódico local *O Setubalense*, na edição de 12 de Setembro, que comemorava, precisamente, o 160.º aniversário do nascimento do sonetista.

18 - Eleito integrando uma lista do Partido Socialista, em segundo lugar, nas primeiras eleições autárquicas livres realizadas em Portugal, a 12 de Dezembro de 1976. Os novos autarcas tomaram posse a 3 de Janeiro do ano seguinte terminando, nesse dia, a gerência da Comissão Administrativa nomeada após o 25 de Abril de 1974. Augusto Curto substituiria Ernesto Vitorino, presidente eleito. Cumpriria o mandato até ao fim, abandonando depois a política, por “falta de vocação”: “Não tenho qualquer vocação para o poder. Fi-lo com bastante sacrifício e muito contra vontade. Daí o meu afastamento da política. Sou capaz de ter uma vocação para o contra-poder. Acho que o poder embriaga e eu não gosto de me embriagar”, declararia numa entrevista ao Setúbal na Rede, em Março de 2002. Faleceu a 27 de Janeiro de 2013, com 84 anos, vitimado por problemas cardíacos.

19 - O Teatro Animação de Setúbal (TAS) foi criado em pleno “Verão Quente”, no ano de 1975. Para além da sua actividade de produção e representação de destacados textos cénicos, a Companhia, desde a fundação dirigida pelo encenador e actor Carlos César [Carlos Alberto Dias (1943-2001), de seu nome], vem desenvolvendo cursos de animadores e de formação teatral, encontros de poesia e música, debates com escritores de diversa formação e temática, recitais e animação entre os alunos dos diversos graus de ensino do Distrito de Setúbal. Para além da sua presença em certames de teatro além-fronteiras e da partilha de experiências com companhias estrangeiras, o TAS, manifesta particular preocupação pela representação de textos de autores portugueses, de Gil Vicente aos mais novos escritores dramáticos.

20 - O Presença – Grupo de Teatro Amador de Setúbal, foi fundado em Outubro de 1973, com a direcção de Américo Pereira. Representou na delegação de Setúbal do INATEL, no Grupo Desportivo “Os Ídolos da Praça” e na Sociedade Musical Capricho Setubalense. Extinguiu-se em 1986, contando actuações em todo o Distrito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, L. O. (2001) – *História e memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às comemorações centenárias de 1940*. Coimbra: Edições Minerva.
- Bento, A. M. C. da C. (1993) – Ermida do Senhor do Bonfim. In M. C. Quintas (coord.), *Monografia da freguesia de S. Julião*. Lisboa: Junta de Freguesia de S. Julião/Ed. Caminho.
- Burke, P. (1992) – A história como memória social. In *O Mundo como teatro. Estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel.
- Catroga, F. (1996) – Ritualizações da História. In L. R. Torgal, J. A. Mendes, F. Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Correia, R. (1986) – *Vultos setubalenses*. Setúbal: Ed. do Autor.
- Costa, A. da (1965) – Bocage. Poeta, amante e revolucionário. *Homenagem nacional a Bocage no II Centenário*

- do seu nascimento. Conferências evocativas do poeta proferidas nos paços do concelho de Setúbal.* Setúbal: Junta Distrital de Setúbal, p. 119-137.
- Envia, J. F. (2003) – *Setubalenses de mérito*, I. Setúbal, Ed. do autor.
- Jesus, F. H. de (1955) – *Subsídios para a história do jornalismo setubalense.* Setúbal.
- Le-Goff, J. (1984) – Memória. In R. Romano (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, I – Memória-História. Lisboa: IN-CM.
- Matos, S. C. de (2012) – [Recensão a] Luís Oliveira Andrade e Luís Reis Torgal, Feriados em Portugal. Tempos de memória e de sociabilidade. *Revista de História das Ideias*, 33. Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 559-564.
- Nora, P. (s.d.) – Memória colectiva. In J. Le Goff, R. Chartier, J. Revel (org.), *A Nova História*. Coimbra: Almedina.
- Ramos, R. (1994) – A Segunda Fundação (1890-1926). In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, VI. Lisboa: Círculo de Leitores.